

CASA DO Povo DE ESCARIZ

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2017

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO
2017**

CASA DO PVO DE ESCARIZ

1 - Introdução

A CASA DO PVO DE ESCARIZ, com sede social em Rua do Lar - Escariz S. Martinho, com um fundo social de 8 101,70 €, tem como atividade principal Outras atividades associativas, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CASA DO PVO DE ESCARIZ, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2017 registou-se um crescimento económico moderado, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na Zona Euro. O clima de incerteza, marcado pela recente eleição da Administração Trump e pela agressiva política externa da Federação Russa, é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-crise das dívidas soberanas, pelo impacto social, político e económico decorrente da crise dos refugiados do médio oriente e principalmente pela agitação da ordem política regional e internacional, da qual o Brexit é o principal acontecimento, e pela crise de diversas instituições financeiras europeias, com o consequente estrangulamento dos mercados nacionais.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 263 321,24 €, representando uma variação de 37,03% relativamente ao ano anterior.

3.1 - Evolução dos Rendimentos

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

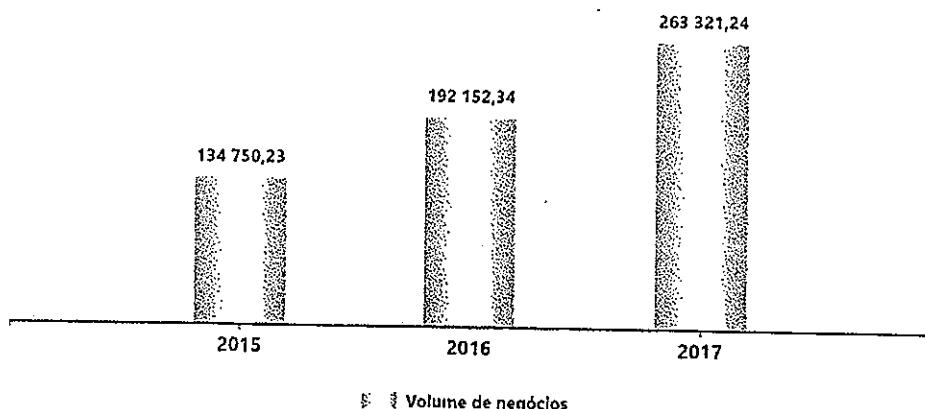
A Direção

Pag. 2 de 9

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

CASA DO Povo DE ESCARIZ

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos



Como se pode verificar pela análise do gráfico da estrutura de rendimentos, a rubrica que merece maior relevância refere-se a "outros rendimentos" com um total de 647.551,93 €, decomposta por subsídios à exploração no valor de 574.932,69 € e outros rendimentos no valor de 72.619,24 €. A rubrica de outros rendimentos é subdividida em ganhos em subsídios para investimentos, 65.516,36 €, correções relativas a exercícios anteriores de regularizações de saldos de contas correntes, 127,69 €, rendas de imóveis, 3.600,00 €, em ganhos em sinistros 3.315,48 € e outros ganhos 59,71 €.

A rubrica de "prestação de serviços" que se refere essencialmente a quotas dos utilizadores teve um acréscimo comparado com o ano de 2016, tendo registado um valor em 2017 de 263.321,24 € (192.152,34 € em 2016).

3.2 - Análise da Estrutura de Gastos

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

A Direção

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO
2017**

CASA DO PVO DE ESCARIZ

Estrutura de Gastos

Custo da mercadoria vendida e matéria consumida	20 030,83
Fornecimentos e serviços externos	113 482,64
Gastos com pessoal	251 910,84
Outros gastos e perdas	10 330,98
Gastos de depreciação e amortização	134 017,34
Juros e gastos similares suportados	23 627,72

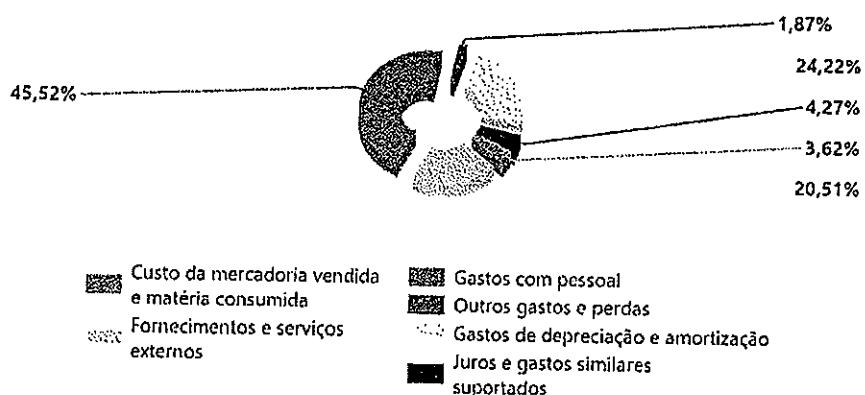
2017

O total de gastos incorridos no ano de 2017 no valor de 553.400,35 € registaram um acréscimo na ordem dos 11,00%, face a 2016 que totalizaram a importância de 499.847,94 €.

Da análise à evolução dos gastos, constata-se que a rubrica de "gastos com o pessoal" foi a que teve maior impacto nos gastos, num total de 251.910,84 €, ao passo que em 2016 cifrou-se em 197.265,32 €, este aumento deve-se à contratação de mais pessoal para melhoria da qualidade de serviços prestados em cada uma das valências.

As restantes rubricas também sofreram aumentos, a de "fornecimentos e serviços externos" passou de 94.792,72€ para 113.482,64 €, a de "custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas", de 15.723,84 € para 20.030,83 €. Ao passo que, a de "outros gastos" diminuiu de 27.656,23 € para 10.330,98 €, a de "gastos de depreciação e amortização" de 137.804,91 € para 134.017,34 € e a rubrica de "juros e gastos suportados" também sofreu uma ligeira diminuição, esta passou de 26.604,92€ para 23.627,72 €.

Estrutura de Gastos Percentual



3.3 - Evolução dos Gastos com o Pessoal

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

A Direção

Pag. 4 de 9

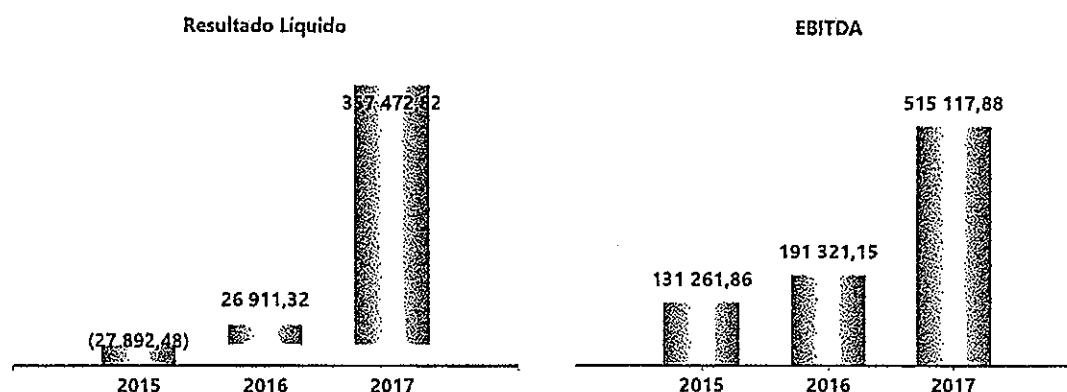
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO
2017**

CASA DO Povo DE ESCARIZ

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	251 910,84	197 265,32	175 451,86
Nº Médio de Pessoas	24,00	19,00	16,00
Gasto Médio por Pessoa	10 496,29	10 382,39	10 965,74

3.4 - Análise do EBITDA

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



O EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) do exercício económico de 2017 apresenta um resultado positivo de 515.117,88 €.

O resultado líquido apurado neste exercício foi positivo em 357.472,82 €.

3.5 - Análise da Autonomia Financeira

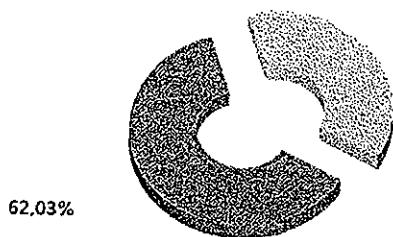
Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

A Direção

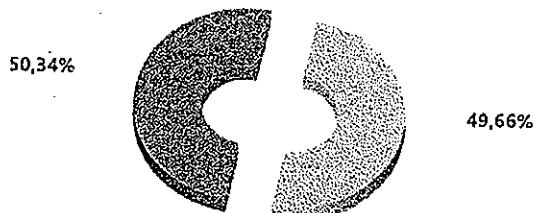
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO
2017**

CASA DO Povo DE ESCARIZ

2017



2016



■ Autonomia ■ Endividamento

■ Autonomia ■ Endividamento

3.6 - Análise do Balanço

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RÚBRICAS	2017	2016
Ativo não corrente	1 725 450,91	89 %
Ativo corrente	204 729,97	11 %
Total ativo	1 930 180,88	1 798 509,18

RÚBRICAS	2017	2016
Capital Próprio	1 197 275,42	62 %
Passivo não corrente	515 875,16	27 %
Passivo corrente	217 030,30	11 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 930 180,88	1 798 509,18

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A CASA DO Povo DE ESCARIZ no período económico findo em 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de 357 472,82€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- Resultados Transitados:..... 357.472,82 €.

A Direção

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Para 2018, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente dos países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento das áreas em desenvolvimento da Europa e Ásia Central tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2015, à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais a esta macrorregião. O crescimento da Turquia esteve em linha com as expetativas de retraimento motivadas pela contração do sector do turismo. A recessão na Rússia sustém ainda o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que, em 2017, se prolongue a linha de recuperação económica moderada, já visível em anos anteriores. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no horizonte de previsão 2017-2019, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, e em linha com o comportamento macroeconómico nacional, particularmente desde 2014.

O Banco de Portugal, no seu Boletim de Dezembro de 2016, projeta que, a partir do final de 2016, e ao longo do horizonte de projeção (2017-2019), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas, com estabilização nos períodos de 2018 e 2019 (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar o fomento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Este indicador apresentará em 2017, 2018 e 2019 um crescimento sustentado, com variações máximas estimadas de 0,2 pontos percentuais entre os períodos.

De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos da previsão na ordem dos 1,3%/1,4%. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança mantenha a trajetória descendente observada nos dois anos anteriores.

As exportações deverão retomar um ritmo de crescimento sustentado em 2017, em linha com o período anterior a 2016 (ano em que um abrandamento foi registado), invertendo-se nos restantes períodos de análise.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2017, o Governo antevê uma taxa de desemprego de 10,3%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Após uma relativa estabilização da inflação em 2016, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com o crescente contributo positivo da componente não energética (1,4% em 2017, 1,5% em

A Direção

Pag. 7 de 9

2018 e 2019).

No entanto, à semelhança do ocorrido em 2016, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global (a mais clara entre os Estados Unidos e a China), das crises sociais e políticas europeias (aparecimento, e potencial eleição, de partidos eurocéticos com agendas mais estremadas, apenas a título de exemplo) e, em particular, da resposta institucional das instâncias europeias ao pós-crise das dívidas soberanas na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, e em que medida a União Europeia, enquanto macrorregião e união económica de estados, se reestruturará internamente e se fará impor no conturbado plano geopolítico internacional.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a entidade mantenha o nível da atividade consolidado ao longo dos tempos.

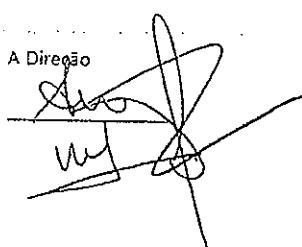
6 - Outras Informações

A CASA DO POVO DE ESCARIZ não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.



**RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO
2017**

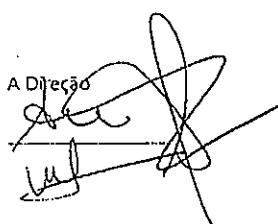
CASA DO Povo DE ESCARIZ

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a serem elementos fundamentais para a sustentabilidade da CASA DO Povo DE ESCARIZ.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.


A Direção

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2017
(montantes em euros)

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 621 011,82	1 732 502,19
Outros créditos e ativos não correntes		104 439,09	2 977,29
		<u>1 725 450,91</u>	<u>1 735 479,48</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	9	41 605,01	40 645,67
Diferimentos		3 905,99	3 243,21
Caixa e depósitos bancários	14	159 218,97	19 140,82
		<u>204 729,97</u>	<u>63 029,70</u>
	Total do ativo	1 930 180,88	1 798 509,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11		
Fundos	9	8 101,70	8 101,70
Resultados transitados		47 296,55	20 385,23
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	784 404,35	849 920,71
		<u>357 472,82</u>	<u>26 911,32</u>
	Total dos fundos patrimoniais	1 197 275,42	905 318,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5;9	515 875,16	682 388,00
		<u>515 875,16</u>	<u>682 388,00</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	9	24 479,21	29 090,43
Estado e outros entes públicos	13	5 226,36	6 655,00
Financiamentos obtidos	5;9	125 372,40	125 448,06
Outros passivos correntes	9;10	61 952,33	49 608,73
		<u>217 030,30</u>	<u>210 802,22</u>
	Total do passivo	732 905,46	893 190,22
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo	1 930 180,88	1 798 509,18

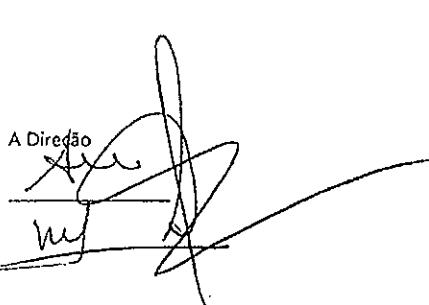
A Direção

Contabilista Certificado N° 23260

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2017
(montantes em euros)**

CASA DO PVO DE ESCARIZ

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	263 321,24	192 152,34
Subsídios, doações e legados à exploração	8	574 932,69	221 124,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(20 030,83)	(15 723,84)
Fornecimentos e serviços externos	7	(113 482,64)	(94 792,72)
Gastos com o pessoal	10	(251 910,84)	(197 265,32)
Outros rendimentos	7	72 619,24	113 482,46
Outros gastos	7	(10 330,98)	(27 656,23)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		515 117,88	191 321,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(134 017,34)	(137 804,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		381 100,54	53 516,24
Juros e gastos similares suportados	5	(23 627,72)	(26 604,92)
Resultado antes de impostos		357 472,82	26 911,32
Resultado líquido do período		357 472,82	26 911,32

A Direção


Contabilista Certificado Nº 23260


**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2017
(montantes em euros)**

CASA DO Povo DE ESCARIZ

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		263 321,24	192 152,34
Pagamentos a fornecedores		110 569,08	92 728,77
Pagamentos ao pessoal	10	254 100,43	189 052,46
Caixa gerada pelas operações		(101 348,27)	(89 628,89)
Outros recebimentos/pagamentos		101 668,90	214 857,33
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		320,63	125 228,44
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	22 522,96	141 250,09
Investimentos financeiros		104 165,12	1 159,07
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		65 516,36	65 516,36
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(61 171,72)	(76 892,80)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5	391 153,19	90 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5	166 596,23	105 989,43
Juros e gastos similares	5	23 627,72	26 604,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		200 929,24	(42 594,35)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		140 078,15	5 741,29
Caixa e seus equivalentes no início do período		19 140,82	13 399,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		159 218,97	19 140,82

A Direção

VW

Contabilista Certificado Nº 23260

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: CASA DO Povo DE ESCARIZ
Número de identificação de pessoa coletiva: 500938970
Lugar da sede social: Rua do Lar - Escariz S. Martinho
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL, é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRL-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de Contas Específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrédimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

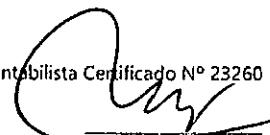
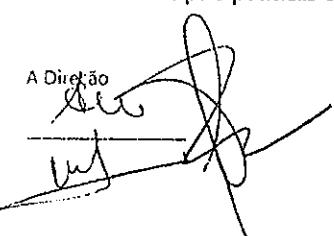
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1. Principais políticas contabilísticas**

A Direção



As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Eventualmente pode estar sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais

perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas refletem a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento

do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	Método do custo	Quotas constantes	20 a 10 anos	5,00 - 10,00
Equipamento básico	Método do custo	Quotas constantes	8 a 4 anos	12,50 - 25,00
Equipamento de transporte	Método do custo	Quotas constantes	4 anos	25,00
Equipamento administrativo	Método do custo	Quotas constantes	6 a 3 anos	16,66 - 33,33
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	Método do custo	Quotas constantes	6 anos	16,66

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento + ATI	TOTAL
Valor bruto no início	1 931 585,84	169 639,28	36 197,35	36 925,68			443,93			2 194 792,08
Depreciações acumuladas	315 076,51	91 065,55	20 490,48	35 213,42			443,93			1 622 899,89
Saldo no Início do período	1 616 509,33	98 573,73	15 706,87	17 112,26						1 752 502,19
Variações do período	(89 167,93)	(19 851,91)	(5 235,62)	(570,30)			3 335,39			(111 490,37)
Total de aumentos	6 578,54	12 242,44					3 705,99			22 526,97
Aquisições em primeira mão	6 578,54	12 242,44					3 705,99			22 526,97
Total diminuições	95 746,47	32 094,35	5 235,62	570,30			370,60			134 017,34
Depreciações do período	95 746,47	32 094,35	5 235,62	570,30			370,60			134 017,34
Outras transferências	0,00									0,00
Saldo no final do período	1 527 341,40	78 721,82	10 471,25	11 141,96			3 335,39			1 621 011,82
Valor Bruto no final do período	1 938 164,38	201 831,72	36 197,35	36 925,68			4 149,92			2 217 339,05
Depreciações acumuladas no final do período	410 622,98	123 159,90	25 726,10	35 783,72			814,53			596 307,23

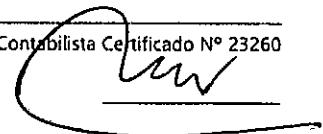
Quadro comparativo:

A Direção



Pag. 4 de 14

Contabilista Certificado Nº 23260



ANEXO DO ANO DE 2017

CASA DO Povo DE ESCARIZ

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento báscio	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFI	AFI em curso	Adiantamento s AFI	TOTAL
Valor bruto no início	1 931 585,84	179 646,63	15 254,86	36 925,68			443,93			2 163 856,94
Depreciações acumuladas	219 987,49	60 331,16	15 254,86	28 467,54			443,93			324 484,98
Saldo no início do período	1 711 598,35	119 315,47		8 458,14						1 839 371,96
Variações do período	(95 089,02)	(20 741,74)	15 705,87	(6 745,88)						(105 869,77)
Total de aumentos		9 992,65	20 942,49							30 935,14
Aquisições em imóveis na mão		9 992,65	20 942,49							30 935,14
Total diminuições	95 089,02	30 734,39	5 235,62	6 745,88						137 804,91
Depreciações do período	95 089,02	30 734,39	5 235,62	6 745,88						137 804,91
Saldo no final do período	1 616 509,33	38 573,73	15 706,87	1 712,26						1 732 502,19
Valor bruto no final do período	1 931 585,84	189 639,28	30 197,35	36 925,68			443,93			2 194 792,09
Depreciações acumuladas no final do período	315 076,51	91 085,55	20 420,48	35 213,42			443,93			462 289,69

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

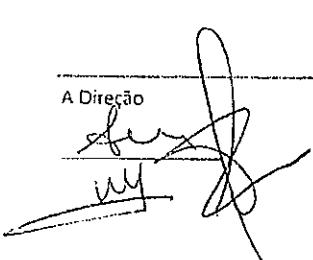
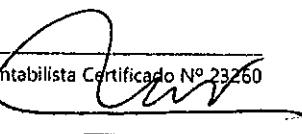
Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Emprestimo	Valor Não Corrente Emprestimo	Total custos anuais emp.obi.	Juros suportados anuais emp.obi.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos	641 247,56	125 372,40	515 875,16	23 630,47	23 630,47				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	641 247,56	125 372,40	515 875,16	23 627,72	23 627,72				
Total dos Empréstimos	641 247,56	125 372,40	515 875,16	23 630,47	23 630,47				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Emprestimo	Valor Não Corrente Emprestimo	Total custos anuais emp.obi.	Juros suportados anuais emp.obi.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp em gastos
Empréstimos genéricos									
Outros financeiros	82 500,00		82 500,00						
Empréstimos específicos	725 336,06	125 448,06	599 888,00	26 604,92	26 604,92				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	725 336,06	125 448,06	599 888,00	26 604,92	26 604,92				
Total dos Empréstimos	807 836,06	125 448,06	682 388,00	26 604,92	26 604,92				

5.2. Outras divulgações

A Direção

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	23 627,72	26 604,92
Juros de financiamentos suportados	23 627,72	26 604,92
Juros de empréstimos bancários	22 584,29	
Juros de locações financeiras	1 043,49	
Outros juros de financiamentos obtidos		26 604,92

6 - Inventários

6.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras						
Reclassificação e regulização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20 030,83	20 030,83		15 723,84	15 723,84	
OUTRAS INFORMAÇÕES						

7 - Rendimentos e gastos

7.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	263 321,24	192 152,34
Outros créditos	647 551,93	334 606,92
Total	910 873,17	526 759,26

7.2. Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

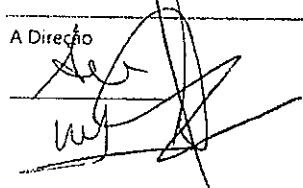
A Direção

Nome	Valor
Descontos de pronto pag. obtidos	0,04
Outros rendimentos e ganhos nos rest. inv. financeiros	59,67
Sinistros	3 315,48
Rendimentos de imóveis	3 600,00
Correções de exercícios anteriores	127,69
Em subsídios para investimentos	65 516,36
Total	72 619,24

7.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	52 600,49	36 928,08
Trabalhos especializados	16 517,86	5 696,98
Publicidade e propaganda	2 386,20	1 236,00
Honorários	8 402,00	8 349,50
Conservação e reparação	12 377,85	7 173,65
Outros	13 116,58	14 471,95
Materiais	17 479,43	14 736,39
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 437,70	2 801,52
Material de escritório	1 095,18	2 090,07
Artigos para oferta	87,90	276,48
Outros	14 856,65	9 568,32
Energia e fluidos	30 710,44	30 351,88
Eletricidade	17 905,05	23 674,99
Combustíveis	2 089,76	1 516,09
Água	1 215,28	1 161,59
Outros	9 500,35	3 999,21
Deslocações, estadas e transportes	205,69	215,35
Deslocações e estadas	205,69	215,35
Serviços diversos	12 286,59	12 561,02
Rendas e alugueres	12,30	
Comunicação	2 275,06	2 509,52
Seguros	3 412,66	2 387,61
Contencioso e notariado		1 126,51
Limpeza, higiene e conforto	6 586,57	6 487,67
Outros serviços		49,71
Total	113 482,64	94 752,72

7.4. Outras divulgações sobre gastos

A Direção


Nome	Valor
Impostos	1 051,98
Correções relativas a exercícios anteriores	9 259,25
Multas e penalidades	17,00

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

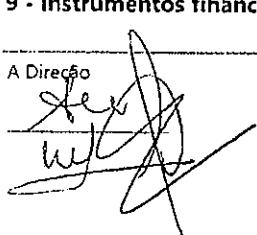
Descrição	Do Estado Valor Atrib. Per. Ant	Do Estado Valor Atribuído Período	Do Estado Valor Imputado Período	Outras Ent. Valor Atrib. Per. Ant	Outras Ent Valor Atribuído Período	Outras Ent Valor Imputado Período	Das Quais UF Valor Atrib. Per. Ant	Das Quais UE Valor Atribuído Período	Das Quais UE Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	849 920,71		65 516,36						
Para ativos fixos tangíveis	849 920,71		65 516,36						
Edifícios e outras construções	612 037,10		47 077,59						
Equipamento báscio	212 338,80		16 520,47						
Equipamento administrativo	25 544,81		1 918,30						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração		554 932,69					20 000,00		
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	849 920,71	554 932,69	65 516,36				20 000,00		

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado Valor Atrib. Per. Ant	Do Estado Valor Atribuído Período	Do Estado Valor Imputado Período	Outras Ent. Valor Atrib. Per. Ant	Outras Ent Valor Atribuído Período	Outras Ent Valor Imputado Período	Das Quais UF Valor Atrib. Per. Ant	Das Quais UE Valor Atribuído Período	Das Quais UE Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	915 437,07		65 516,36						
Para ativos fixos tangíveis	915 437,07		65 516,36						
Edifícios e outras construções	659 114,69		47 077,59						
Equipamento báscio	228 859,27		16 520,47						
Equipamento administrativo	27 463,11		1 918,30						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			219 969,46				1 155,00		
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	915 437,07		285 485,82				1 155,00		

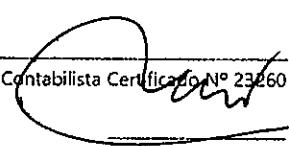
9 - Instrumentos financeiros

A Direção



Pag. 8 de 14

Contabilista Certificado N° 23260



9.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	20 385,23		26 911,32	47 296,55
Outras variações nos capitais próprios	849 920,71		(65 516,36)	784 404,35
Subsídios	849 920,71		(65 516,36)	784 404,35
Total	878 407,64		(38 605,04)	839 802,60

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	48 277,71		(27 892,48)	20 385,23
Outras variações nos capitais próprios	915 437,07		(65 516,36)	849 920,71
Subsídios	915 437,07		(65 516,36)	849 920,71
Total	971 816,48		(93 408,84)	878 407,64

9.2. Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

Entidade Financeira	Detalhes da garantia	Montante
CGD	Hipoteca sobre imóvel	950 000,00
RCI Banque	Veículo automóvel	16 150,00

9.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			41 605,01		
Outras contas a receber			41 605,01		
Passivos financeiros:			86 431,54		
Fornecedores			24 479,21		
Financiamentos obtidos			641 247,56		
Outras contas a pagar			61 952,33		
Ganhos e perdas líquidos:			56,96		
De ativos financeiros			59,67		
De passivos financeiros			(2,71)		
Rendimentos e gastos de juros:			(23 627,72)		
De passivos financeiros			(23 627,72)		

A Direção

Pag. 9 de 14

Contabilista Certificado Nº 23260

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			40 645,67		
Cutras contas a receber			40 645,67		
Passivos financeiros:			78 699,16		
Fornecedores			29 090,43		
Financiamentos obtidos			807 836,06		
Oulras contas a pagar			49 608,73		
Ganhos e perdas líquidos:			(4,03)		
De passivos financeiros			(4,03)		
Rendimentos e gastos de juros:			(26 604,92)		
De passivos financeiros			(26 604,92)		

10 - Benefícios dos empregados

10.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	24,00	39 638,00	19,00	34 872,50
Pessoas remuneradas	24,00	39 638,00	19,00	34 872,50
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	24,00	39 638,00	19,00	34 872,50
Pessoas a tempo completo	24,00	39 638,00	19,00	34 872,50
(das quais pessoas remuneradas)	24,00	39 638,00	19,00	34 872,50
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas no serviço da empresa por sexo	24,00	39 638,00	19,00	34 872,50
Masculino	2,00	4 250,00	2,00	4 327,00
Feminino	22,00	35 388,00	17,00	30 545,50
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

10.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A Direção

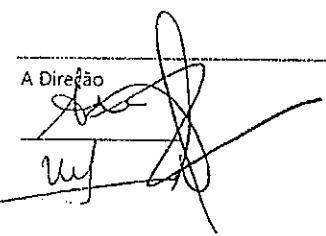
Descrição	Valor Periodo	V. Periodo Anterior
Gastos com o pessoal	251 910,84	197 265,32
Remunerações do pessoal	208 247,14	173 026,13
Encargos sobre as remunerações	39 367,05	23 220,99
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 816,35	958,20
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1 480,30	60,00
- formação	35,00	60,00
- fardamento	686,15	

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAF 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	6 764,95	216 556,29	263 321,24
Fornecimentos e serviços externos	10 517,54	102 965,10	113 482,64
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 059,58	17 971,25	20 030,83
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 059,58	17 971,25	20 030,83
Número médio de pessoas ao serviço	4,00	20,00	24,00
Gastos com o pessoal	52 573,17	199 337,67	251 910,84
Remunerações	41 660,30	166 580,84	208 247,14
Outros gastos	10 912,87	32 750,83	43 663,70
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	61 759,85	1 559 251,97	1 621 011,82
Total das aquisições	1 952,96	20 574,01	22 526,97
(das quais edifícios e outras construções)	6 578,54		6 578,54
Propriedades de investimento			

Quadro comparativo:



A Direção



ANEXO DO ANO DE 2017

CASA DO Povo DE ESCARIZ

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Atividade CAE 3	Total
Vendas				
Prestações de serviços	13 696,16	178 456,18		192 152,34
Fornecimentos e serviços externos	9 181,00	85 313,45	298,27	94 792,72
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1 572,38	14 151,46		15 723,84
Matérias primas, subprodutos e de consumo	1 572,38	14 151,46		15 723,84
Número médio de pessoas ao serviço	3,00	16,00		19,00
Gastos com o pessoal	40 045,15	157 220,17		197 265,32
Remunerações	33 383,35	139 642,76		173 026,13
Outros gastos	6 601,80	17 577,39		24 239,19
Ativos fixos tangíveis				
Valor líquido final	173 250,22	1 559 251,97		1 732 502,19
Total das aquisições		30 935,14		30 935,14
Propriedades de investimento				

11.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	263 321,24			263 321,24
Fornecimentos e serviços externos	113 482,64			113 482,64
Aquisições de ativos fixos tangíveis	22 526,97			22 526,97
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	192 152,34			192 152,34
Fornecimentos e serviços externos	110 516,56			110 516,56
Aquisições de ativos fixos tangíveis	30 935,14			30 935,14
Rendimentos suplementares:				

11.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Casa do Povo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 - Locações

A Direção

Pag. 12 de 14

Contabilista Certificado Nº 23260

12.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		16 314,91		16 314,91	
Depreciações/Amortizações acumuladas		2 127,11		2 127,11	
Saldo no fim do período		14 187,80		14 187,80	
Total dos futuros pagamentos mínimos		18 729,49		18 729,49	
Até um ano		3 089,88		3 089,88	
De um a cinco anos		12 359,52		12 359,52	
Mais de cinco anos		3 280,09		3 280,09	
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos		14 187,80		14 187,80	
Até um ano		2 014,92		2 014,92	
De um a cinco anos		8 059,68		8 059,68	
Mais de cinco anos		4 113,20		4 113,20	

13 - Impostos e contribuições

13.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

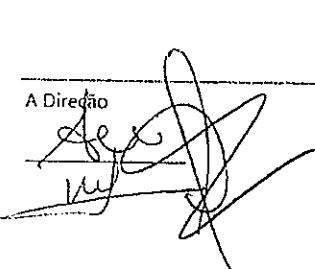
Descrição	Valor Periodo	V. Período Anterior
Resultado antes de Impostos do período	357 472,82	26 911,32
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

13.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Creditor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Creditor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		531,00		1 099,20
Contribuições para a Segurança Social		4 548,64		5 338,30
Outras tributações		146,72		217,50
Total	5 226,36			6 655,00

14 - Fluxos de caixa

14.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A Direção


Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		273 363,41	273 363,41	
Depósitos à ordem	19 140,82	1 098 709,72	1 103 631,57	14 218,97
Outros depósitos bancários		390 000,00	245 000,00	145 000,00
Total	19 140,82	1 762 073,13	1 621 994,98	159 218,97

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	73,11	203 065,79	203 138,90	
Depósitos à ordem	13 326,42	668 002,24	662 187,84	19 140,82
Outros depósitos bancários				
Total	13 399,53	871 068,03	865 326,74	19 140,82

A Direção

Pag. 14 de 14

Contabilista Certificado N° 23260

Empresa : CASA DO Povo DE ESCARIZ
 Sede : ESCARIZ S. MARTINHO - VILA VERDE
 No Cont.: 500938970
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : ACTAS CONSELHO FISCAL

ACTAS

ATA N.º 1 2018

No dia 27 de Fevereiro de dois mil e dezoito, pelas 21 horas, reuniu o **Conselho Fiscal da Casa do Povo de Escariz**, na sua sede sita na freguesia de Escariz S. Mamede e Escariz S. Martinho, Vila Verde, com a presença do Presidente Domingos Macedo de Oliveira Primo, e o Vogal António Costa Correia, para dar cumprimento às disposições legais e Estatutárias, em apreciar e dar parecer ao **Relatório de Gestão e Contas**, da Casa do Povo de Escariz, apresentado pela sua Direção, do ano de 2017.

Durante o exercício em apreço acompanhamos a atividade da Casa do Povo de Escariz através de contactos com a direção e o departamento contabilístico e financeiro, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias entendemos oportunos.

No final do exercício, analisamos os documentos de prestação de contas, bem como o relatório de atividades, com o qual estamos de acordo, expressando os mesmos de forma adequada a situação financeira da instituição em 31 de dezembro de 2017.

Assim somos de parecer que:

- 1 – Aproveis o relatório de atividades e contas do exercício de 2017;
- 2 – Aproveis a proposta de aplicação de resultados líquidos do exercício apresentada pela direção.

Nada mais havendo a tratar o presidente da mesa encerrou a sessão pelas vinte e três horas, tendo sido elaborada de imediato a presente ata, que vai ser assinada pelos presentes.

Conselho Fiscal

Domingos Macedo de Oliveira Primo
 (Domingos Macedo de Oliveira Primo)

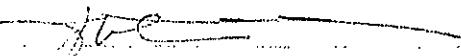
António Costa Correia
 (António Costa Correia)

Carla Manuel Fernandes

Entrados no ponto três da O.T., o Sr. Presidente da Assembleia disse que era necessário proceder à atualização da quota dos sócios, pois achava que o montante era muito baixo e auto-propõe-se pagar a quota de 5,00€/meses, digo cinco euros por mês.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião cerca das vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente



Secretário


Ass. Act. N.º 10

Vogal

Ata n.º 1/2018

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Geral da Casa do Povo de São Caetano, na sua sede, presidida pelo Sr. Dr. António Costa da Cunha, a fim de tratar a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

1. Análise, discussão e aprovação do Relatório e Contas do ano de 2017;
2. Outros Assuntos.

Antes de se iniciar a OT, o Sr. Alcides Tomé Ribeiro, membro da Direção da Casa do Povo comunicou à assembleia que a instituição já tinha soldado a dívida que tinha com ele que por esse motivo devolveu à Direção o contrato que havia sido fechado entre as partes.

Entrados no primeiro ponto da OT: análise, discussão e aprovação do relatório e contas do exercício de 2017, o Sr. Presidente

da Assembleia solicitou ao Sr. Dr. Adelino, presidente da Direcção a apresentação do relatório de Atividades do ano de 2017. Testemunha, o Dr. Adelino disse que o volume de negócios atingiu o montante de 263.321,24 € (duzentos, sessenta e três mil, duzentos e vinte e um euros e vinte e quatro céntimos), equivalentemente a uma variação positiva de 37,03 %, relativamente ao ano anterior. De seguida apresentou um gráfico no qual se pode verificar a composição da rubrica "Outros Rendimentos" que apresentou um montante de 647.551,93 € que integra 547.932,69 € de Subsídios à exploração e 72.619,24 € referente a Outros Rendimentos cabendo ressaltar que esta vertia um montante de 65.516,36 €; comecções relativas a exercícios anteriores num total de 127,69 €; rendas de imóveis e outros ganhos com a importância de 3.315,48 € e outros ganhos num total de 59,27 €. Relativamente à rubrica Prestação de Serviços referiu que no exercício de 2017 atingiu o montante de 263.321,24 € correspondendo essencialmente a quotas dos utentes, cuja superior à de 2016 que foi de 192.152,34 €. Seguidamente disse que foi utilizado o montante de 371.000,00 resultante da apresentação de uma candidatura e que tal verba permitiu saldar o empréstimo do Sr. Abilio e fazer do restante uma aplicação financeira. Sobre o Orçamento o Dr. Presidente da Direcção referiu que houve um aumento na despesa com Pessoal; aquisições de Serviços externos e com consumíveis dado que houve um aumento significativo de utentes residentes e utentes do Centro de dia.

Ao fim, perante os dados apresentados referiu-se um saldo positivo de 357.472,82 €

(trezentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois euros e cidenta e dois centimos).
Findo a apresentação do Relatório de Gestão da Unicó, o Sr. Dr. Adelino solicitou a intervenção do Técnico Certificado em Contabilidade, Dr. Návio Nogueira, no sentido de referir sobre, digo, a situação económica e financeira da instituição. No uso da palavra o Sr. Dr. Návio Nogueira fez uma análise técnica às contas, salientando:

- a) O resultado líquido obtido tem como base a receita extraordinária de 371.000,00 €, pois se não se verificarasse esta receita a instituição teria um resultado negativo de 13.670,00 €;
- b) Os gastos de 134.000,00 € já amortizaram
- c) houve uma diminuição do passivo num total de 165.000,00 € o que é salutar;
- d) Os resultados operacionais da Creche e das são positivos;
- e) O montante do financiamento a pagar é de 641.247,16 €, verificando-se uma diminuição considerável relativamente aos 807.836,09 € que foram assumidos.

Apoiado na análise feita, o Sr. Dr. Návio Nogueira referiu que a atividade da Casa do Loro de Cascais é economicamente e financeiramente sustentável.

De imediato o Sr. Presidente da Assembleia pediu ao Sr. Domingos Pinto, Presidente do Conselho Fiscal que indicasse a posição daquele organismo sobre as contas referentes ao exercício de 2017. No uso da palavra o Sr. Presidente do Conselho Fiscal disse que, em reuniões do conselho a que preside para análise das contas, foi emitido um parecer positivo sobre o relatório e contas do ano de 2017, passando de seguida à leitura do documento no qual foi evidenciado o

poder favorável do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2017.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia perguntou aos presentes se tinham alguma questão a colocar o que não se reificou qualquer intenção nesse sentido.

De imediato procedeu-se à votação do Relatório de Gestão e Contas do exercício de ano de 2017, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, reificando-se que os mesmos foram aprovados por unanimidade.

Enunciado no último ponto da O. T.: Outro Assunto, o Dr. Presidente da Direção disse que se vai proceder a obras do, digo, no refeitório e que se vai fazer um contrato com a Iberdrola para a instalação de 170 painéis fotovoltaicos que vai a médio prazo diminuir consideravelmente os gastos com energia.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião cerca das 22.30 h., da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa.

O Presidente:

O Secretário:

José António José Natividade

A Vogal: